

EMPREGO E MUDANÇA SOCIOECONÔMICA DO NORDESTE¹

EMPLOYMENT AND SOCIO ECONOMIC CHANGE IN BRAZILIAN NORTHEAST

Afrânio Garcia Júnior*

Eu queria agradecer imensamente o convite para a III. Jornada Internacional de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. E lamento muitíssimo, como já tive a ocasião de informar aos queridos amigos, que eu consegui ver antes de começar essa palestra, não só o Marcelo, a Eliana, o Igor, que a ideia seria estar no evento presencialmente e a gente poder partilhar essa conversa de uma maneira mais descontraída. Só que problemas de saúde impediram a viagem ao Maranhão e, até com uma certa lucidez, avisei ao Marcelo que achava que não ia dar e, efetivamente, a situação ainda degringolou. E hoje tem uma situação delicada, que temos que enfrentar. Mas, en-

fim, esses meios eletrônicos permitem que a gente faça essa conversa.

Esse convite de vocês foi ainda mais carinhoso e agradável porque era para voltar sobre a experiência do projeto *Emprego e Mudança Socioeconômica do Nordeste*, que foi um projeto feito no quadro do Museu Nacional, financiado pelo FINEP e com a acolhida da UFRJ; e que Marie-France e eu tivemos a ocasião de reexaminar a experiência num artigo conjunto que está publicado, tanto na França quanto no Brasil, na revista do CPDA². Nesse artigo a gente examina, também, como esse projeto é tão mais importante pra gente, porque, graças a ele... O programa³ ameaçava desaparecer. E esse projeto foi redigido e dis-

1 Conferência realizada em mesa redonda ocorrida na III. Jornada Internacional de Ciências Sociais - JICS (Centro de Ciências Humanas – UFMA, 23 de maio de 2024).

* École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3373-7100>.

2 Afrânio se refere ao artigo *Mudança social sob a ótica de etnografias conjugadas a métodos estatísticos: ferramentas de Pierre Bourdieu em mundos rurais na Argélia e no Nordeste do Brasil*, que foi publicado na revista *Estudos Sociedade e Agricultura* (v.30, n.2). [Nota dos editores]

3 Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro).

cutido, e lutado. Quer dizer, houve um combate para que ele chegasse a ser realizado e permitindo que, na verdade, se conseguisse assegurar a existência do Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional como uma instituição que merecesse ter vida longa.

Isso também significou a passagem de etnografias coordenadas a etnografias coletivas. Porque elas tiveram, por origem, um projeto inicial do Moacir Palmeira – assunto que eu vou retomar aqui, assim como Marie-France – e, logo em seguida, de Lygia Sigaud. Eram etnografias coordenadas, mas coordenadas numa relação entre os alunos de pós-graduação e os professores do programa. Com o projeto, passaram a verdadeiras etnografias coletivas e essas etnografias, na verdade, tiveram uma projeção em escala nacional. Ao fazer esse trabalho, agora, para vocês, eu vi que não seria falsa modestia dizer que essa foi a origem de equipe mais vasta e diversificada para produzir monografias convergentes visando pensar a grande transformação da *plantation*, engenhos, usinas de açúcar e fazendas de gado, de gado e algodão, no Nordeste do Brasil.

Dialogando um pouco com o convite do Marcelo, quero dizer que ele tocou num sonho que eu tinha e ainda continuo a ter, apesar de todas as dificuldades. É um sonho recente, do reestudo da região com 50 anos de intervalo. É um procedimento até que foi realizado várias vezes em antropologia, quer dizer, reestudar uma mesma região, com intervalo de 50 anos, com um conjunto de trabalhos que foram feitos, um conjunto de dados que foram coletados e que podem ser reestudados. Espero convencer aqui todo mundo que isso seria uma grande vantagem. Mas, evidentemente, eu também conheço as dificuldades para isso.

Vou começar por situar os debates da época que deram lugar a esse projeto. Ele foi

redigido em 1973, em quatro, cinco meses de 1973. Só conseguimos o financiamento para começar em 1975. E ele foi realizado de 1975 até final de 1977, e comecinho de 1978. A questão naquele momento era entender o intenso êxodo rural a partir dos anos 1950, que foi acelerado a partir dos anos de 1960. Inclusive, era um momento de uma ditadura difícil: esse era o momento mais duro da ditadura militar, a tortura plena e a intelectualidade com dificuldades e tudo mais. Então, a gente usava muito uma estatística simples, que é a inversão da morfologia social da população brasileira, que, em 1950, 70% vivia no campo e 30% na cidade. Em 1980, 30% vivia no campo e 70% na cidade. Ou seja, houve uma transformação maciça dos locais de residência, o que não é apenas dos locais de residência. Isso incidiu sobre os vários planos da vida social. Há uma queda da população rural e o inchaço de periferias urbanas, tanto nas grandes cidades como nas pequenas e nas médias. Isso era, em geral, explicado por um economicismo enorme, explicando essas transformações com relação à introdução de máquinas, insumos e equipamentos na agricultura em uma concepção extremamente linear da história. Novas técnicas levavam a novas relações de produção e as novas relações de produção implicavam em nova morfologia social.

Eu não vou voltar detalhadamente a isso, mas se revelava inteiramente falso. Porque, inclusive, as técnicas não foram introduzidas antes das mudanças, mas depois. Contudo, se vocês voltarem aos trabalhos, aos livros, aos artigos daquela época, vão ver essa explicação, que era uma explicação cômoda, baseada numa certa leitura apresada da literatura internacional.

De outro lado, havia uma confusão frequente entre deslocamento populacional e

liberação de mão de obra pela agricultura. A primeira coisa que o projeto tentou demonstrar é que existia deslocamento sazonal de mão de obra de larga duração, e esses deslocamentos não estavam ligados à transformação de configuração social. Em compensação, a saída para periferias, que eram deslocamentos de, no máximo, 10km, 15 km, não supunham a troca da ocupação. Por exemplo, o trabalho de Lygia Sigaud mostrou que os cortadores de cana, que eram *moradores*, passaram para cidades pequenas e médias da Zona da Mata e continuaram cortadores de cana, mas com relações sociais entre eles extremamente diferentes, e com os patrões, e com outras mediações, como as estabelecidas pelo direito do trabalho.

Uma das coisas era ir contra o simplismo da percepção baseada, também, em outra coisa, na crença que as pessoas estavam indo para a cidade interessadas por novos serviços urbanos em educação e saúde. Não que isso não tivesse também alguma verdade, que as pessoas tivessem interesse em ver seus filhos na escola ou na proximidade maior com serviços de saúde, que existiam nas pequenas e médias cidades. Mas, olhando claramente, nos anos 1970, 1980, ou talvez, infelizmente, até hoje, a cobertura desses serviços para toda a população era muito, muito deficiente. Então não seria uma motivação enorme para a pessoa fazer um deslocamento desse tipo, de mudar uma vida que tem a ver com a vida dos seus antepassados, para de repente mudar completamente o eixo de onde está vivendo.

Mais do que isso, o simplismo das explicações que predominavam naquele tempo tinha a ver com a concepção de que o interesse estava na proletarianização dos assalariados rurais. E, naquele tempo, a grande

novidade eram os boias frias, era um livro da Maria Conceição D’Incao⁴ e também dos *Encontros de Botucatu*. Se começava a ver assalariados rurais que não vinham de dentro das fazendas, mas saíam para fora da fazenda em caminhão e iam para fazer os diversos serviços, sobretudo de colheita, dentro das grandes plantações.

A ideia fundamental era entender como é que estava se dando essa proletarianização. Em oposição a essa visão monopolizada de atenção à proletarianização dos trabalhadores rurais, Moacir Palmeira foi o primeiro a chamar atenção para a emergência de um perfil extremamente diversificado por conta da mudança social da *plantation*. A mudança social da *plantation* implicava, evidentemente, a expansão de contingentes de novos assalariados, mas essa era simultânea a uma emergência de um neo-camponato e de novos contingentes de pequenos negociantes e de artesãos.

O ponto central que eu quero enfatizar hoje é o problema da liquidação progressiva da *morada*, chamada no Sul de *colonato*, ou também em outros lugares de *agregado*, e o duplo polo das transformações possíveis. Ou seja, na prática, quando a gente faz comparações históricas, é possível ver que o camponato, que está submetido dentro de grandes fazendas, é condenado à reconversão como assalariados totalmente dependentes de rendimentos monetários, mas também, nesse processo, à reconversão como novo camponato e, muitas vezes, associado à condição de negociantes.

Não vou desenvolver isso aqui, porque isso é o ponto central que vocês encontram nas nossas monografias, que foram publicadas desde os anos 1970, sobretudo nos anos 1980.

4 Refere-se ao livro *O Boia-Fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977. [Notas dos editores].

Agora, tem um ponto estratégico. Quem fica com a propriedade ou com a posse da terra? E nisso a gente verifica que há dois polos no espaço de variações dessas transformações. Se a gente pegar, por exemplo, *O Capital*, do Marx, ou os textos do Karl Polanyi sobre *A grande transformação*, no dito caso inglês, com o cercamento dos campos vai ser deslocado todo um conjunto de famílias para fora desses domínios e que vão estar condenados na cidade a viverem um processo de pauperização. Uma transformação diferente do caso francês, onde há uma apropriação definitiva dos bens nacionais por famílias de camponeses: a partir do momento em que há a Revolução Francesa, foram a nobreza e a Igreja católica que perderam o acesso à terra. E é consolidado o controle das terras e de todos os recursos, água, moinhos, e por aí vai, pelo campesinato.

Nós não temos, na verdade, na literatura, na própria literatura internacional, a constatação de que não há uma via única de transformação que submeta a essa proletarização, uma proletarização inexorável. Mas, muito pelo contrário, há variações nesse processo, que são altamente significativas. Acho que uma das grandes propostas do Moacir, que acabou se revelando empiricamente demonstrável, é que, no caso brasileiro, nos vários lugares que nós estudamos, havia exatamente essas duas polarizações. Ora, por exemplo, entre a zona da mata e o agreste, nós tínhamos um polo de maior *encampesinamento*, onde começaram, por exemplo, as ligas camponesas, e tinha um outro polo, que era o polo de expulsão dos antigos moradores que iam para as pontas de rua da Zona da Mata, um polo, portanto, de mais proletarização.

Então, de saída, há um apelo à pesquisa muito importante, que é o apelo de entender como é que o processo histórico vai

numa ou noutra direção, e fazer isso através da observação do comportamento dos agentes e a partir da representação que os agentes têm do próprio processo. É uma prática que a antropologia sempre seguiu. Na prática, também, se a gente examina direito, proletarização não é um bom termo. Por quê? Porque, na saída dos camponeses dos grandes domínios para as cidades, eles não entram direto no mercado de trabalho em expansão e, sobretudo, no mercado de trabalho industrial. Isso fica muito claro no livro do Karl Polanyi. Ele chama a atenção que o que aumentou os contingentes que foram para as cidades foram, sobretudo, os contingentes de pobres, de pessoas que viviam graças a uma certa caridade, que tinha a mão real por de trás. O processo de incorporação dessas pessoas dentro de um mercado de trabalho industrial é um processo mais longo e com outras mediações. E isso é admiravelmente estudado no livro do historiador E. P. Thompson. Os livros do Thompson chamam a atenção que isso implica numa entrada no mercado de trabalho, e a passagem dessa situação de desprovidos de meios materiais, de desprovidos também de meios culturais e políticos, para a construção de uma própria identidade operária. Esse ponto mostrou que, na transformação da *plantation*, não só se repensava a relação entre um contingente proletário e um contingente camponês, como o que significava sociologicamente esse proletariado, que era uma coisa muito mais específica. Os trabalhos de Lygia Sigaud, são, evidentemente, uma referência fundamental.

Há uma outra coisa que a gente acabou incorporando: quando as pessoas eram expelidas, na prática elas tinham que sair do mundo onde elas nasceram, no qual elas viveram e do mundo de seus antepassados. Elas, saídas dessas configurações sociais

para outras, não tinham nem as condições materiais para chegar nessas periferias urbanas e não tinham, sobretudo, as condições culturais. Os estudos do Bourdieu e do Sayad, na Argélia, fizeram disso um ponto central. Não era apenas que as pessoas estavam destituídas das casas, perderam os lugares de acumulação da produção, e perderam muita coisa material, mas perderam sobretudo referências de modos de pensar que faziam com que eles ficassem desprovidos de meios, não só de voltar a entender a si próprios, o mundo tradicional, mas, sobretudo, de fazer a mediação entre esse mundo tradicional de onde eles vinham e o mundo novo ao qual estavam confrontados. A palavra reconversão aqui é uma palavra muito forte. A palavra reconversão implica não só mudar a maneira de viver, mas implica, sobretudo, também mudar a maneira de pensar, e, mesmo mais do que pensar, maneiras incorporadas de agir.

Uma das coisas que aparece nos trabalhos da Argélia e que foi muito recuperada por nós todos, dentro do caso brasileiro, era uma coisa muito simples, mas muito fundamental. É que, quem não tem os meios materiais de poder parar para pensar, quem não tem, inclusive, maneira de entender o que está acontecendo, quer dizer, não tem, na urgência, condições de adotar verdadeiras estratégias de reconversão. Nessas mudanças, nessas reconversões impostas ao campesinato nordestino, todas as posições sociais foram alteradas e todo mundo entrou em estratégias de reconversão. Mas os de baixo estavam obrigados a fazer estratégias de reconversão sem ter os meios para isso.

Me lembro de uma conversa com o Patrick Champagne, em que ele disse: “você tem que aprofundar a sua fundamentação, porque nem todo o pessoal que está em processo de reconversão, consegue reconver-

são. Você não tem alcoólatra, você não tem pessoas que ficaram malucas, você não tem pessoas que se desesperaram e suicidaram”. Ele tinha toda a razão. Na verdade, aqueles que conseguem fazer o trabalho sobre si mesmo para fazer um processo de reconversão, esses são uma parcela muito mais restrita. E depende de condições econômicas e sociais determinadas.

Uma das coisas em que o processo brasileiro é extremamente duro, e eu acho que isso vale a pena voltar, sim, aos anos 1960, aos anos 1980, é essa diferença absoluta entre a capacidade de fazer reconversão dentro do espaço social brasileiro. Eu posso ser de uma família de senhores de engenho, os meus pais já não ganham mais o necessário para tudo o que a gente gostaria de fazer, então eu sei que não vou suceder ao meu pai. Mas eu tenho condições, dados os meios que a minha família tem, de tentar estudar e, através dos estudos, galgar uma outra posição social. E, a partir dessa outra posição social, conseguir aquilo que estava obtendo na posição anterior. Ou seja, há estratégias de reconversão que transformam o espaço social, mas mediante as quais os indivíduos conseguem fazer frente a um trabalho que não é puramente um trabalho de mudar formas de agir. Também é um trabalho de formas de pensar. Mas tem pessoas que, no caso brasileiro, sobretudo embaixo da pirâmide social, perdem as formas de existência que tinham até então e estão obrigadas a fazer reconversões sem ter nem os meios materiais, nem os meios culturais para tanto. Ou seja, é de uma violência extrema e essa violência toda, evidentemente, vai aparecer sob outras formas ao longo desse processo.

Voltando um pouco, só para dar os marcos da coisa, na tese de doutorado do Moacir Palmeira, ele tinha justamente chamado

a atenção sobre o debate feudalismo *versus* capitalismo, no qual ele viria, na prática, a mudar o eixo de percepção para um eixo de percepção sobre modalidades de *plantation*, modalidades de *plantation* de velho tipo e modalidades de *plantation* de tipo capitalista.

Essa era uma classificação dos antropólogos norte-americanos Eric Wolf e Sidney Mintz, que permitiu retomar toda uma série de pontos do debate no Brasil e transformar esse próprio protocolo em protocolo de uma pesquisa empírica. A pesquisa do Moacir era uma pesquisa sobre expansão das feiras na zona da mata e a restrição dos *barracões*, aqueles estabelecimentos ditos comerciais. Marie-France vai desenvolver isso, eu não vou desenvolver isso aqui – eram [os *barracões*] estabelecimentos onde as pessoas se aprovisionavam durante a semana. Quando recebiam o salário eram submetidas ao resgate das suas dívidas. E esses *barracões* tinham o monopólio das transações entre qualquer *morador* e outro *morador*, ou qualquer pessoa que quisesse vender alguma coisa para os habitantes da *plantation*, os habitantes do engenho. Era um tipo de comércio que tinha esse monopólio e isso era fundamental. Moacir começa justamente a chamar a atenção que as feiras começaram a crescer desde os anos 1950 e elas vão erodir esses circuitos de *barracão*, ou seja, vão erodir uma das formas de dominação dos senhores de engenho. Ou seja, a dominação personalizada é erodida exatamente pela expansão desse circuito de trocas mais horizontais.

Nisso também é evidente que a gente ia contra o evolucionismo simplista das relações de trabalho. Quer dizer, se hoje a pessoa ganha em dinheiro pelas tarefas que faz, amanhã ela pode ter acesso à possibilidade de plantar um cultivo próprio ao invés

de cana ou algodão (nas terras dos grandes proprietários), e aí ter que entregar parte do produto. Então, cada uma dessas variações, quer dizer, a passagem era dita como uma variação da condição de assalariado para a de parceiro, para a de rendeiro, ou seja, havia todo um conjunto de falsas percepções porque havia um invariante nesse jogo.

A invariante nesse jogo era a condição de *morador*. Quer dizer, um *morador* estava submetido ao senhor de engenho, e as modalidades dessa submissão variavam no tempo e variavam segundo condições tanto econômicas quanto condições sociais e políticas. Esse é o ponto que eu queria enfatizar aqui, há a liquidação progressiva da *morada* como tendência dominante. Bom, essa liquidação progressiva da *morada* como tendência dominante tem uma mediação: o aparecimento mesmo de organizações sindicais e a demanda por direitos dos trabalhadores que vão fazer o quê? Vão provocar que uma legislação do trabalho que, por exemplo, vai dizer não só que tem que ser pago o salário mínimo, mas que tem que ser pago também o repouso remunerado, que você só pode descontar pela casa se a casa for de tal, tal, tal jeito... Você só pode descontar outras coisas se isso tiver um padrão de vida que era muito diferente do que existia objetivamente. O que acontecia, então? O que acontecia, então, é que a legislação, na verdade, passou a representar uma ameaça. Porque: qual era o jogo dos proprietários? Através do patrimônio imobiliário eles faziam com que os trabalhadores ficassem ligados a eles por uma série de vantagens. Essas vantagens que eles davam eram gratuitas, que tinham contrapartidas também gratuitas, da parte dos de baixo.

A partir daí há legislação e organizações sindicais que vão fazer com que haja o espectro da monetarização da relação social.

Quando há o espectro da monetarização da relação social, a tendência dos proprietários foi: “Bom, então eu não quero mais *morador*, eu não quero mais *morador*, eu faço tudo que for possível para tirá-los daqui”. Como Lygia Sigaud chamou a atenção, por exemplo, você não conseguia expulsar todas as famílias de dentro dos engenhos. Mas você, por exemplo, na hora que casasse um filho, que normalmente receberia uma casa, um roçado e o direito de trabalhar no engenho, passa a não ter mais acesso a isso. Então, ele tinha que sair daquela propriedade. Há uma saída individualizada, mas maciça, dos membros que compunham a *morada* e isso tem a ver exatamente com esse processo. Evidentemente esse processo tem repercussão não só sobre os *moradores*, que estão ali dentro das propriedades, como para os grandes proprietários, como para os médios, para os pequenos que estão em torno e que tinham arranjos variados com as grandes propriedades. Foi uma modificação de enormes proporções. Então, a proposta que tenho aqui para dizer é exatamente isso. Acho que o *Projeto Emprego* consolidou o estudo detalhado de que o fim da morada representou uma enorme transformação que se passou dentro não só do Nordeste, do Brasil inteiro, mas, no Nordeste, isso foi fundamental.

Ignacy Sachs tem uma expressão excelente para falar do que aconteceu. Ele chamava os contingentes que estavam indo para a cidade de *refugiados do campo*. E a imagem que o Bourdieu tinha era a imagem de *desenraizados*, de pessoas que, na prática, tinham uma certa forma de embocadura social e perdem essa embocadura social. Então, a questão básica que vai se dar, evidentemente, desde aquela época para cá, é como esses contingentes todos vão conseguir meios de fazer um trabalho sobre si,

um trabalho de conseguir meios materiais, mas também um trabalho sobre si próprio para entender o que está acontecendo.

Eu vou dar rapidamente aqui coisas que foram feitas em algumas monografias e outras não, mas que podem ser feitas. Isso são constatações correntes das pesquisas etnológicas. Havia, na saída das famílias de dentro dos engenhos, destruição dos abrigos de *moradores* e crescimento das periferias. Hoje há fontes que nunca foram exploradas, como pegar sistematicamente os censos demográficos e fazer, por exemplo, o número de casas que foram destruídas a partir dos anos 1970, quando essas famílias saíram, o que dá uma ideia do volume e da intensidade com que isso foi feito. E o dado econômico mais interessante também é a contabilização da produção particular do pessoal residente, a mandioca, o milho, o feijão e tudo mais, que aparece no Censo e vai tendendo a zero já nos anos 1980. Isso permite perfeitamente ver como é que diminuiu toda a parte da produção para o autoconsumo que até então existia.

Acho que também me alonguei aqui, então vou ser mais ligeiro em outros pontos, como o fato de que as pessoas estavam dentro das terras, saíam das terras e iam para as periferias da cidade. E isso provoca ainda um mal maior para esses contingentes. É que isso é simplesmente uma maneira de aumentar o preço da terra nas periferias urbanas e esse aumento dos preços da terra valoriza o patrimônio dos grandes proprietários e, evidentemente, coloca um terrível freio para o conforto dessas famílias que são obrigadas a fazer esse movimento. Uma das coisas que é descrita por muitos, mas principalmente pelo Ignácio Rangel, é como o patrimônio imobiliário nos tempos de inflação foi um ativo financeiro dos mais prezados. Não vou desenvolver aqui, mas

isso mostra ainda a dissimetria no alto e embaixo do espaço social, nas estratégias de reconversão.

Uma última palavrinha aqui é sobre os trabalhos do Ruy Miller Paiva, que fez um trabalho chamado *99 sítios e Fazendas*⁵, que boa parte de vocês deve conhecer, em que ele mostrava que a *morada* era um freio ao processo de acumulação com insumos, mecanização e meios modernos. E que, então, ele não via como é que isso podia acontecer. E quando, então, essa expulsão começou a ser forte, como você tinha que pagar efetivamente por áreas maiores, isso provocou o interesse por introdução dos meios modernos. Ou seja, Miller Paiva dá os elementos para se entender que a mecanização e o uso dos meios modernos é uma coisa que veio *a posteriori* desse movimento da liquidação da *morada* e não previamente à liquidação da *morada*.

Bom, aí vou apenas dizer que há uma multiplicidade de reconversões em diferentes posições no espaço social, mas há uma recomposição dos modos de dominação. As estratégias de reconversão existem em todas as posições sociais. Quer dizer, embaixo a gente sente uma dificuldade brutal dessas reconversões e, em cima, é aí que pessoas vão entrar, por exemplo, para tentar ser industrial, tentar ser comerciante, mas também em investimentos em escolaridade e, a partir da escolaridade, entrar em outras áreas culturais que até então não existiam.

Por tudo isso, há uma outra questão que foi pouco estudada pela gente, mas que merece hoje ser estudada em grande profundidade, que é a questão da escolaridade. Porque havia quem não tinha condições nem

de se posicionar dentro desse espaço social, menos condições tinha de ofertar aos seus filhos condições de uma escolaridade com sucesso. Então, se a gente olha a matriz educacional brasileira, você não tem, mesmo nos contingentes que foram para a cidade, você não tem um rendimento escolar embaixo da pirâmide social como você tem em outras posições sociais. Isso também ocorre em vários outros lugares, mas no caso brasileiro é particularmente acentuado e merece ser estudado em detalhe. E só isso já dá uma ideia da enormidade desse projeto.

Agora, realmente prometendo acabar, eu queria também dizer: é evidente que no espaço de 50 anos várias outras dimensões sociais entraram em ação e têm de ser consideradas para se entender melhor os modos de vida das camadas embaixo do espaço social, sobretudo camponeses. A primeira delas é, evidentemente, a variação das políticas de assentamento. Quando fomos a campo isso era praticamente impossível, enquanto que depois começou a existir, mesmo a conta gota. A segunda consiste nas novas modalidades de comercialização. Mas isso vocês vão ver com a fala de Marie-France. A terceira seria o acesso diferencial a crédito e suas modalidades. E aí, nisso também as reconversões são inteiramente dissimétricas, porque as taxas de juros foram negativas para grandes proprietários em projetos variados. Outra coisa é que, na época em que a gente estava lá, todo o transporte era feito por cavalo, burro... Enquanto que hoje há um acesso a transporte e uma diversificação enorme. Eu, por exemplo, uma vez estava lá em Campina Grande para olhar a chegada de imigrantes, fiquei

5 Afrânio deve estar se referindo ao livro *Mudanças na estrutura e produtividade da agricultura brasileira, 1963/73*: noventa e nove fazendas revistadas (Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979), que foi escrito por Ruy Miller Paiva e William H. Nicholls. [Nota dos Editores]

impressionado com o número de motocicletas que saíram do bagageiro, porque as pessoas que iam para o Sul traziam a motocicleta. E com a motocicleta, evidentemente, as possibilidades que tinham para comércio e para artesanato mudavam completamente. O acesso ao transporte significou diversificação. Os serviços de saúde e vacinação também mudaram ao longo do tempo. O acesso à água para várias finalidades também mudou. E a diversidade dos sistemas de esgoto e, sobretudo, o acesso à energia elétrica de uma maneira universal, que foi um projeto fundamental na transformação de muitas populações, também. Além disso, evidentemente, há o acesso a novos sistemas de comunicação, a rádio, TV, celular e internet.

Houve grandes transformações sociais, mas com a recriação da hierarquia instaurada na colônia. Há uma referência à persistência da dualidade Casa Grande e Senzala, imagem que, evidentemente, se a gente vai olhando fisicamente parece não ter validade. Mas a objetivação da mudança dos modos de iluminação permite entender a recriação da força simbólica dessa imagem de *Casa Grande e Senzala*, que já, desde do começo dos trabalhos do Gilberto Freyre, vai falando da passagem do mundo rural para o mundo urbano; como de *Casa Grande e Senzala* para Sobrados e Mucambos, deixando a entender que o que está se recriando, no caso brasileiro, enormemente, é exatamente uma hierarquia.

Desculpe se me alonguei demais, mas é que, como eu disse no começo, eu sonho com a volta ao estudo detalhado que foi feito a partir do *Projeto Emprego*.

Obrigado!